



o trabalhador  
*da CML*

**26 de Novembro voltamos à AR  
para chumbar este governo,  
esta política e este OE !**

**GOVERNO  
RUA**

**Defender os serviços públicos municipais !**

**Contra o esvaziamento da CML !**

**Não à transferência de competências !**

## Não abdicaremos

**A**travessamos um momento na história do nosso país em que não podemos ter dúvidas sobre os caminhos a seguir, no contexto que nos interessa enquanto trabalhadores, homens e mulheres que dependem exclusivamente dos rendimentos do trabalho que nos permita viver dignamente.

O processo de protesto e luta organizada que se generaliza pelo país fora tem raízes em questões objetivas, como todos sabemos. Luta-se contra uma política arbitrária, injusta e inaceitável. Luta-se contra um governo que, sem pejos de qualquer ordem, continua a degradar as condições de trabalho e de vida da imensa maioria dos trabalhadores portugueses, para puder favorecer em várias dimensões os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, em especial os da banca privada.

A proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2014 materializa com uma evidência incontestável as ideias que atrás referimos, ao qual deve ser associado o 'guião da reforma do Estado' agora tornado público pelo ministro irrevogável. Projetos consubstanciados na obsessão do défice, mas sempre na ótica da redução dos rendimentos de quem trabalha, poupando o mundo do capital e os interesses particulares instalados na nossa sociedade.

Coadjuvando esta ignóbil proposta de orçamento, a 'reforma do Estado' muito ambicionada por esta gente sem escrúpulos, não é mais do que o despedimento de trabalhadores da administração pública, a redução (ou o roubo) dos seus rendimentos e a degradação das suas condições de trabalho através de um desinvestimento massivo nos serviços públicos. Ataca-se o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública universal e gratuita e o Sistema Nacional de Segurança Social, entre muitas outras áreas de interesse público.

Obviamente, se de um lado se corta, do outro pode-se aumentar. O dinheiro pura e simplesmente **não** desaparece! Continuamos a observar um governo que despudoradamente disponibiliza-se a conceder benefícios e isenções fiscais, além de garantias bancárias no valor de milhares de milhões de euros à banca privada, já para não falar da reforma do IRC que só beneficia as grandes empresas. Estamos perante uma política de uma dualidade gritante! Uma política que merece ser combatida e derrotada!

As participações extraordinárias nas últimas manifestações, destacando as ações de 19 e 26 de outubro, convocadas respetivamente pela CGTP-IN e pelo movimento social 'Que se lixe a Troika', ou no passado dia 1 de novembro junto à Assembleia da República, ou ainda na greve nacional da AP do dia 8 do mesmo mês, demonstram claramente o repúdio dos portugueses à política de direita. Uma política que também marca presença no município de Lisboa, mas pela mão do PS.

António Costa, secundado por uma maioria absoluta na Câmara Municipal, procura aprofundar a estratégia que tem seguido desde que é presidente da maior autarquia do país. Através do processo de transferência de competências para as juntas de freguesia e apesar dos discursos de tomada de posse, circunstanciais e entendidos como tal, não irá olhar a meios para atingir esse fim tão desejado, ou seja, reduzir a Câmara Municipal de Lisboa a uma insignificância dificilmente descritível. Ideia reafirmada pelo próprio Presidente na reunião tida com o STML, em conjunto com outras estruturas sindicais, no passado dia 29 de outubro.

Esvaziar a autarquia de meios humanos, materiais e patrimoniais é o grande propósito deste novo (velho) executivo. Determinante em todo este processo, será contudo a capacidade de resposta dos trabalhadores municipais, organizando-se em torno do seu Sindicato e mobilizando-se para todos os processos de luta que visem travar e minimizar esta autêntica delapidação dos serviços públicos municipais.

Paralelamente, o STML não abdicará dos princípios que estiveram na base da luta que esteve prevista suceder em junho último e que acabou por ser desconvocada face ao recuo inevitável do atual presidente.

É essencial recordar um dos mais importantes compromissos assumidos por António Costa: a negociação de caráter obrigatório com as estruturas sindicais sobre todo este processo. Não abdicaremos deste direito conquistado e estaremos à mesa da negociação sempre em função e em defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores do município. ■



**DEMISSÃO DO GOVERNO JÁ!**



o **trabalhador**  
da CML

<http://www.stml.pt>

**Diretor:** Vítor Reis ■ **Corpo Redatorial:** Luís Dias, Nuno Almeida, Mário Rui Souto, José Malhadas, Henrique Bastos ■ **Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1º Dtº 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - **Email:** stml@stml.pt ■ **Internet:** www.stml.pt ■ **Impressão:** MX3 Artes Gráficas, Lda ■ **Periodicidade:** Bimestral ■ **NIF:** 500850194 ■ **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML ■ **Tiragem:** 4.000 exs. ■ **Depósito Legal:** 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

# Um Orçamento do Estado iníquo, injusto, arbitrário, que materializa um autêntico roubo continuado aos trabalhadores!

O Governo PSD/CDS-PP apresentou uma proposta de OE para 2014 que significa uma violência sem precedentes junto dos trabalhadores, principalmente do setor público, no ativo ou já aposentados/reformados.

Em 2014, pretendem cortar 3.184 milhões € na despesa pública, aumentar a receita de impostos em mais 534 milhões €, somados a 183 milhões € em medidas ditas pontuais, chegando ao valor total de 3.901 milhões €.

O mesmo é dizer que estamos perante uma meta superior em 65,3% ao valor da redução do défice ornamental a alcançar em 2014!! E porquê? Porque uma parte deste corte na despesa pública visa criar um excedente para pagar os encargos com as PPP que, entre 2013 e 2014, aumentam de 869 milhões € para 1.645 milhões € (+89,3%), e para pagar juros aos credores da dívida pública que, em 2014, atingem 8.174,8 milhões €, o que corresponde a 4,9% do PIB.

Por outro lado, inscrevem na proposta de lei OE2014 (Art. 138) 6.400 milhões € para apoio à banca. Uma política descarada de dois pesos e duas medidas. Uma política que continua a exigir um Estado mínimo para a imensa maioria do povo português e um Estado máximo para uma ínfima minoria.

O governo decide arbitrariamente que serão os trabalhadores do Estado – da administração regional, local e central-, os responsáveis por suportar 83,9% do corte total de despesa pública em 2014. Afir-mam, hipocritamente, existir equidade nos sacrifícios, que são claramente desmentidos pelos próprios dados que constam na proposta de lei do OE.

Pretendem ainda aumentar as contribuições dos trabalhadores e dos aposentados para a ADSE, SAD e ADM em 132 milhões €, o que se traduzirá por mais um corte nos seus rendimentos. Um valor superior ao “aumento da contribuição do setor bancário” em 2014, de apenas 50 milhões €, ou da “contribuição extraordinária sobre o setor energético” que atinge apenas 100 milhões €.

Nos cortes salariais propostos, que variam entre os 2,5% e os 8,6%, independentemente de agora se referir a fasquia mínima dos 700 € [ou dos 600€ na versão inicial], associando o aumento dos preços no período entre 2011 e 2014, chegamos à conclusão que **os trabalhadores da Função Pública podem perder cerca de 20% do seu poder de compra.**

Em 2014 o governo pretende aumentar a idade de reforma e de aposentação dos 65 anos para os 66 anos. Contudo e como se não bastasse, chega ao ponto, pelo atual ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (25.10.2013, jornal *Público*), afirmar que a partir de 2015 a idade da reforma pode aumentar todos os anos!

Estamos, de facto, perante uma verdadeira provocação face aos nossos interesses e aos nossos direitos através da delapidação inaceitável dos nossos rendimentos e das nossas expectativas.

Medidas que, para a CGTP-IN, para a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e, claro está, para o STML, são claramente inconstitucionais e que deverão ser impreterivelmente chumbadas pelo Tribunal Constitucional, tornando-se necessário, contudo, a pressão nesse sentido das forças organizadas dos trabalhadores.

Não podemos esquecer a natureza deste tribunal, cujos juizes são indicados pelos maiores partidos com assento na Assembleia da República [PS e PSD] e pelo Presidente da República. Sendo um órgão



de soberania, o Tribunal Constitucional é também um órgão político. É importante relembrar as coações inaceitáveis a que tem sido sujeito pelos membros do governo, pelo Sr. Durão Barroso ou por outras personagens, mais ou menos sinistras do panorama internacional e com profundas responsabilidades no estado calamitoso que se vive, não só em Portugal como um pouco por toda a Europa, como a diretora do FMI, a Sra. Christine Lagarde.

A política do governo de Portas & Passos, já mereceu a condenação veemente dos trabalhadores e do povo português, através das manifestações do passado dia 19 e 26 de outubro, no dia 1 de novembro e na Greve Nacional da Administração Pública do dia 8 do mesmo mês. Teve uma resposta inequívoca nos resultados eleitorais de 29 de setembro, que reforçou a tese que aponta este governo como ilegítimo e ilegal.

Está na hora de aprofundarmos a luta, unindo esforços na perspetiva de atingir o objetivo máximo da luta que se trava de norte a sul do país, i.e., demitir este governo e derrotar esta política e este orçamento do Estado.

**No dia 26 de novembro, a luta continua! Lutamos pelas nossas vidas e pela nossa dignidade! ■**



# Uma das prioridades do novo executivo municipal tem que passar pela resolução dos problemas implícitos às condições de Saúde, Higiene e Segurança no trabalho!

**A**s condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, como todos sabemos, não foram consideradas matérias prioritárias pela Câmara Municipal liderada nos últimos anos por António Costa. É, assim, pertinente alertar desde já o novo executivo recém-empossado, que este assunto e os inúmeros problemas que lhe estão associados, devem ser uma preocupação constante na gestão do município.

É obrigação legal das entidades empregadoras [CML] proporcionar aos trabalhadores as condições necessárias em termos de saúde, higiene e segurança que permitam o bom desenvolvimento das suas várias tarefas de natureza profissional.



Tal preceito tem sido relegado na autarquia de Lisboa para segundo ou terceiro plano ou, na maioria dos casos, mesmo ignorado.

Desta constatação existem múltiplos exemplos:

- Atrasos constantes nas consultas regulares de medicina ocupacional;
- Acompanhamento deficitário aos acidentados em serviço, com reflexos na boa e rápida recuperação dos mesmos;
- Transformação de acidentes de trabalho, já reconhecidos pela CML, em doenças profissionais;
- Problemas na distribuição e aquisição de equipamentos de proteção individual em vários setores;
- Perpetuação de trabalhadores em instalações provisórias ou em instalações indignas:
  - Posto de limpeza de Alcântara;

- Brigada de calceteiros;
- Armazém do Departamento de Desporto.
- Obras essenciais em vários locais de trabalho que nunca mais terminam ou que ainda não foram iniciadas, como por exemplo:
  - ✓ Olivais III, balneário e copa;
  - ✓ DRMM, balneários e oficinas;
  - ✓ Jardim do Campo Grande;
  - ✓ Canil-gatil;
  - ✓ Edifício da Rua Alexandre Herculano;
  - ✓ Brigada do LX alerta na Rua Jau;
  - ✓ Depósito de Alvalade.
- Muitos locais de trabalho revelam problemas com as caldeiras de aquecimento de água e com os secadores de roupa, para não referir determinados postos onde nem sequer existem.



São apenas alguns dos problemas que se observam na Câmara Municipal de Lisboa, existindo muitos outros que têm merecido a nossa intervenção junto de um poder político municipal, que pauta a sua ação por uma inércia inaceitável considerando ser sua responsabilidade resolver estes problemas.

Esta é uma pesada herança que o novo (velho) executivo irá herdar, contudo, tendo alguns dos principais responsáveis políticos que transitam de um mandato para outro, não podem desde já alegar qualquer desconhecimento ou ignorância no que diz respeito aos problemas que grassam pelo município de Lisboa e que urge resolver.

O STML exige que estas preocupações passem a ser a prioridade de quem gere os destinos da cidade, pois só proporcionando as melhores condições de trabalho aos trabalhadores do município, se lhes poderá exigir que deem o melhor de si na prossecução do interesse público e dos serviços públicos municipais. ■

## No Edifício Municipal do Campo Grande os trabalhadores não esquecem a necessidade de um refeitório municipal!

**N**o Edifício Municipal do Campo Grande são cada vez mais os trabalhadores que utilizam a sala multiusos, existente neste local de trabalho, tendo em vista o seu almoço diário. Uma alternativa fabricada pelos responsáveis políticos e hierárquicos da Câmara Municipal que, contudo, não substitui a reivindicação de vários anos em torno do desejado e indispensável Refeitório.

Esta 'alternativa' multiusos, que supostamente pode servir para tudo e para nada, reúne diversas insuficiências que têm demonstrado cabalmente que de solução definitiva e satisfatória, pouco tem. Este espaço, que acolhe um crescente número de trabalhadores, sofre de um problema aparentemente crónico envolvendo a existência de cheiros profundamente desagradáveis. Torna-se, assim, insustentável para quem entra e pretende almoçar neste sala, manter-se por muito tempo num espaço de cheiros, também eles multivariados. A somar a estes constrangimentos, constata-se a inexistência de janelas, além de um ar-condicionado ineficiente e inadequado. Não existe, deste modo, qualquer solução que minimize a questão dos odores que incomodam todos aqueles que utilizam esta sala.

O número de trabalhadores existentes no Edifício Municipal do Campo Grande tem vindo a aumentar, como todos sabemos, resultado principalmente da reestruturação de serviços levada a cabo pelo anterior

executivo municipal. Com a entrada em funções do novo executivo, liderado novamente por António Costa, está na altura da CML repensar e solucionar condigna, responsável e definitivamente, o problema respeitante à carência [hoje em dia inaceitável] de um refeitório no maior local de trabalho da autarquia, em termos de infraestruturas e recursos humanos.

Tudo indica que o ano de 2014 será um ano em que as dificuldades dos trabalhadores portugueses irão aumentar, contexto a que os trabalhadores do município não são alheios. Esta realidade não se irá alterar enquanto o atual governo não for demitido como todos ambicionamos e exigimos!

Ao presidente da CML, os trabalhadores que se encontram neste Edifício Municipal lembram a importância da criação de condições de trabalho dignas, respeitando as suas justas expectativas.

Os 4,27 €, que os trabalhadores recebem como subsídio de almoço, não chega para pagar uma simples refeição em nenhum restaurante que hoje exista na cidade de Lisboa. É, assim, cada vez mais urgente a resolução de um problema que julgamos não ser um problema de natureza crónico, mas antes carente de vontade política pura e simplesmente. É, também, da responsabilidade da CML criar os meios e as condições para melhorar a qualidade de vida dos seus funcionários. ■

# Pelo bem-estar das crianças e das auxiliares de acção educativa dos jardins-de-infância da rede pública

**N**a edição anterior d'*Trabalhador da CML*, concluíamos o artigo sobre as auxiliares de acção educativa e os jardins-de-infância com a seguinte questão: como se irá iniciar o próximo ano letivo?

O STML alertava então que o ano letivo que se preparava para arrancar, não iria acontecer satisfatoriamente e em plenitude devido à insuficiência de auxiliares de acção educativa, por demais evidente durante os meses de agosto e setembro. Uma carência a nível de recursos humanos que tem a sua origem em más decisões políticas, obviamente da única e exclusiva responsabilidade do executivo municipal. O cenário que antecipámos, infelizmente verificou-se de facto.

É importante lembrar que no município de Lisboa estas trabalhadoras pertencem ao mapa de pessoal da Câmara Municipal, que deve assegurar a sua contratação em número adequado às reais necessidades da rede escolar. A autarquia é responsável ainda pela formação destas trabalhadoras, além de todas as restantes obrigações enquanto entidade empregadora. Tais obrigações têm sido negligenciadas recorrentemente ao longo dos últimos seis anos pela gestão socialista liderada por António Costa.

É claramente insuficiente a manutenção de 161 trabalhadoras para 200 salas, muitas delas mantendo um vínculo precário que já poderia ter sido transformado num contrato de trabalho por tempo determinado. Só por manifesta falta de vontade política é que tal não aconteceu.

Continua-se a constatar o mau comportamento, recorrente portanto da Câmara Municipal, no que diz respeito ao rácio mínimo definido pelo do Ministério de Educação de uma trabalhadora por 40 alunos, que pura e simplesmente não é acatado nos equipamentos escolares da cidade de



Lisboa, responsabilidade da autarquia.

Outro problema que denunciamos num passado recente e que continua por resolver, prende-se com a falta de fardamento e equipamentos de proteção individual (calçado adequado e casaco de inverno para acompanhar as crianças nas saídas ao recreio ou fora dos jardins de infância). Uma responsabilidade da entidade empregadora, isto é, da CML e que em nosso entender não pode ser delegada em terceiros, como o verificado no passado com os resultados que todos conhecemos. As verbas foram transferidas para aos agrupamentos de escolas

visando a aquisição do material necessário que nunca chegou a ser entregue a quem de direito, ou seja, às trabalhadoras!

Por todos estes motivos, o STML continua a exigir ao (novo) executivo camarário:

1. O reforço imediato no número de auxiliares de acção educativa e a regularização dos vínculos precários existentes no sector!
2. O investimento necessário à melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho!
3. Aquisição urgente de equipamentos de proteção individual!

Se de facto nos preocupamos com o bem-estar das crianças que utilizam os jardins-de-infância da cidade de Lisboa não podemos continuar indiferentes aos problemas que se agravam nestes equipamentos, especialmente no seio das trabalhadoras que são parte imprescindível em todo este processo. Virar costas às problemas das auxiliares de acção educativa é virar costas aos problemas que podem afetar o bem-estar físico e mental dos nossos filhos e isso não aceitamos evidentemente. Aceitará o Sr. Presidente da CML?

## Nas oficinas do DRMM a indignação dos trabalhadores sobe de tom!

**D**esde há algum tempo a esta parte que os trabalhadores do DRMM, com o seu sindicato, vêm reivindicando a resolução de vários problemas identificados pelos próprios e reconhecidos inclusive pela estrutura dirigente da CML. Certamente que também o executivo camarário conhece estas reivindicações, mas pouco ou nada se tem preocupado em responder às mesmas de forma célere e concreta.

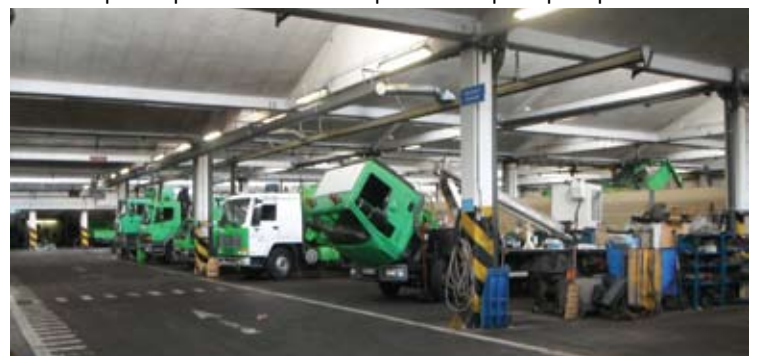
Destacamos as exigências dos trabalhadores que, pela sua importância, se assumem como prioritárias para o bom funcionamento deste serviço, imprescindível ao desenvolvimento de múltiplas atividades do município com implicações diretas na qualidade do serviço público que é prestado à cidade e população de Lisboa, nomeadamente:

- A admissão urgente de trabalhadores em várias categorias profissionais, com o objetivo de suprir a inaceitável falta de recursos humanos que hoje se verifica;
- A implementação de uma política coerente, transparente e eficiente na gestão na aquisição de materiais (consumíveis), que procure por termo às situações de viaturas paradas por vários dias por não existirem peças na oficina das mais elementares;
- A adaptação das instalações, em termos de segurança, possibilitando a realização de intervenções nos veículos movidos a GNC;
- A realização de obras nos balneários do complexo Olivais II;
- A adoção de uma orientação clara, no plano político e hierárquico, que diminua o fluxo de viaturas que são reparadas no exterior, junto de empresas privadas do sector, numa prática de externalização altamente criticável quando existem condições humanas e materiais para que sejam feitas internamente.

A resolução destes problemas tem sido sucessivamente adiada pelos executivos liderados por António Costa, à frente da autarquia há seis anos e agora reeleito para mais um mandato. Não podemos ficar admirados com o crescente sentimento de impaciência dos trabalhadores do DRMM. Uma paciência que se começa a esgotar, originando inevitavelmente formas de luta mais duras, caso as nossas reivindicações não sejam atendidas.

No plenário, realizado a 8 de outubro, os trabalhadores e o Sindicato definiram que assim que o novo executivo tome posse será questionado sobre a resolução destes problemas e lhe serão exigidos compromissos concretos, definindo prazos concretos para o efeito.

Se as repostas não forem satisfatórias, não restará outra alternativa ao Sindicato e aos trabalhadores senão recorrer a todas as formas de luta que os trabalhadores entendam necessárias e ajustadas procurando a resolução o mais depressa possível de todos os problemas que aqui expusemos. ■



# Aos trabalhadores das Empresas Municipais de Lisboa

A falência do recurso à austeridade desmesurada, que este Governo tem imposto aos trabalhadores, revela-se perante a estagnação da actividade económica, bem como, os sucessivos retrocessos civilizacionais que se têm verificado. O Orçamento do Estado para 2014, a par do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, referente ao novo regime do setor público empresarial, procede a uma profunda reestruturação do quadro normativo aplicável ao setor público empresarial. Uma vez mais, este Governo ilegítimo, que insiste em atuar à margem da lei, preconiza um ataque aos trabalhadores, não só da Administração Pública, mas também ao setor empresarial do Estado e local.

O âmbito de aplicação do novo regime do sector público empresarial determina:

- Uma maior limitação da autonomia das autarquias locais e dos municípios;
- Poder quase absoluto do ministro das Finanças sobre as empresas públicas, incluindo as empresas locais, reduzindo a autonomia de gestão das próprias empresas;
- Uma maior orientação para os critérios económico-financeiros em detrimento de princípios como a universalidade e continuidade dos serviços prestados, a acessibilidade económica, a não discriminação e a transparência;
- O Governo pretende passar a ter legitimidade para proceder a cortes e ao congelamento dos salários dos trabalhadores das empresas públicas, em flagrante violação do seu direito à retribuição que, de acordo com o seu regime laboral, previsto no Código do Trabalho, não pode ser unilateralmente diminuída;
- Em matéria de subsídio de refeição, ajudas de custo, trabalho suplementar e trabalho noturno, os instrumentos de regulamentação colectiva deixam de prevalecer, equiparando-se assim, aos contratos de trabalho em funções públicas.

O direito de contratação coletiva é um direito fundamental dos trabalhadores, constitucionalmente garantido, cujo exercício compete às associações sindicais; funda-se no **princípio da autonomia coletiva**, enquanto espaço aberto à auto-regulação coletiva, e desdobra-se no direito à liberdade negocial, direito à negociação coletiva e direito à autonomia contratual coletiva.

Este Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, ao invalidar as condições de trabalho livremente acordadas entre as partes nas convenções coletivas em vigor, viola o artigo 2º da Constituição, por atentar contra o princípio da tutela da confiança, ínsito no princípio do Estado de direito democrático.

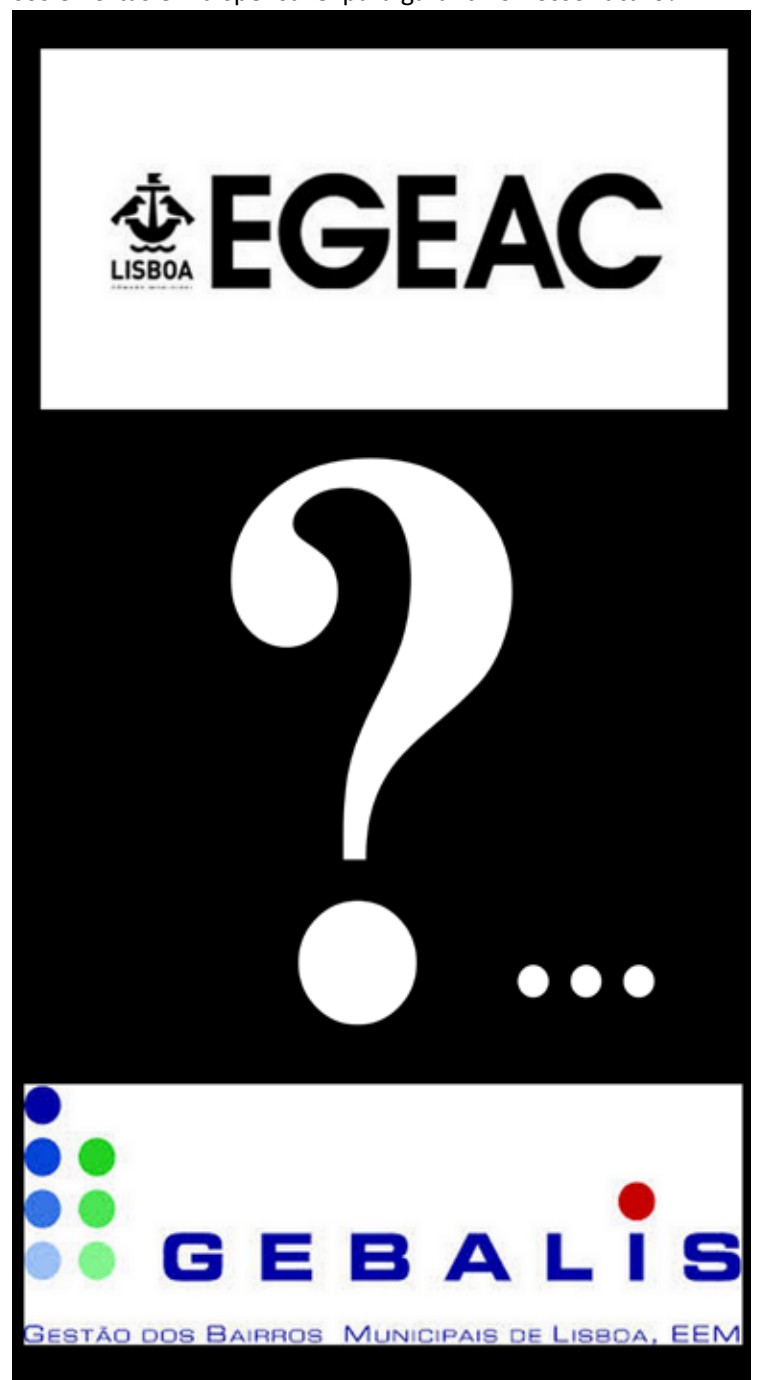
Por estas razões que nos dizem especial atenção, enquanto trabalhadores do setor empresarial local, somam-se as medidas da proposta de OE para 2014, um verdadeiro tratado contra os trabalhadores portugueses que deve merecer quanto antes, o mais firme repúdio e contestação! É necessário derrotar esta política, este governo e este Orçamento arbitrário, injusto e inaceitável.

É pertinente referir que uma parte do roubo sem escrúpulos que o governo pretende realizar no OE2014 visa criar um ex-

cedente para pagar os encargos com as PPP [Parcerias Pública Privadas] que, entre 2013 e 2014, aumentarão em 89,3%!

À semelhança de orçamentos anteriores, o governo assume claramente uma política de classe, privilegiando o setor financeiro privado a quem é exigido apenas 50 milhões de euros de 'sacrifícios'!! Estamos perante uma política descarada de *dois pesos e duas medidas* ou não fosse o governo um fiel defensor dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

Ao retrocesso social e civilizacional que nos querem impor, a união e a luta organizada dos trabalhadores será determinante na defesa dos nossos direitos, interesses e aspirações! Não vires costas à luta que também é tua! A demissão do governo de Passos e Portas é indispensável para garantir o nosso futuro! ■



# É urgente que o novo executivo saiba estabelecer prioridades relativas ao socorro na cidade!

Foi com “surpresa” que este Sindicato ficou a saber, na última reunião efetuada no gabinete da vereação da D<sup>a</sup> Maria João Mendes, vereadora das Finanças e Recursos Humanos, e em género de despedida, pois a Sra. vereadora não irá ser reconduzida no cargo, segundo informações da própria, onde esteve também o responsável político pelo Regimento de Sapadores Bombeiros, Dr. Manuel Brito, que também não irá ser reconduzido no cargo, sendo este último a informar o Departamento de Bombeiros do STML, que o executivo camarário de que faz/fez parte, iria investir uma avultada verba para aquisição de cinco viaturas de socorro para oferecer aos bombeiros voluntários da cidade de Lisboa.

Todos temos consciência das dificuldades que o país atravessa, resultantes da má governação que está a ser efetuada, pelo PSD e pelo CDS/PP, coadjuvada pelo Presidente da República, como fiador da continuidade dessas mesmas políticas, resultando daí dificuldades para os trabalhadores e as empresas (públicas ou privadas), onde a Câmara Municipal de Lisboa obviamente se inclui.

Pelo que, esta “louvável” iniciativa, não seria absurda se o regimento enquanto responsável pelo socorro na cidade de Lisboa, não vivesse tempos de grandes dificuldades, alegadamente pelos constrangimentos financeiros a que a autarquia se vê obrigada, pelo que mais uma vez estranhámos a falta de lucidez, inabilidade e incompetência que a anterior vereadora, coadjuvado pelo comandante do regimento, demonstrou ao longo do seu mandato.

É pois imperioso que o próximo executivo camarário liderado pelo Dr. António Costa faça uma escolha criteriosa das pessoas que juntamente com ele ditarão os destinos da cidade e de algumas instituições. O Regimento, como garante da segurança das pessoas e bens da cidade de Lisboa, não pode ser liderado por alguém que não ouve os profissionais e as estruturas sindicais com maior representatividade.



Tendo o executivo camarário, o anterior e o atual, conhecimento das necessidades urgentes, por que passa o RSB, pois são constantes os alertas do STML/Departamento de Bombeiros em relação às situações mais prementes como sejam:

- aquartelamentos todos a necessitar de obras; um número de operacionais reduzido ao mínimo; equipamentos de proteção individual em tão mau estado que se torna vergonhoso envergá-los; não existem fardamentos; parte do parque automóvel já tem anos a mais de uso; formação inadequada, pois não visa a otimização da prestação do socorro e, para culminar, existe ainda um vazio hierárquico provocado pelas saídas para a aposentação por parte de chefias, notando-se já alguma anarquia na organização do trabalho implícito a esta corporação.

É, pois, com expectativa, que aguardamos a tomada de posse do novo executivo, na vã esperança que o novo responsável pelo Pelouro da Proteção Civil saiba colocar o interesse da cidade e dos munícipes, quanto à sua segurança, como uma prioridade e, como tal, resolver todas os problemas que afetam o Regimento. A nossa ‘esperança’ resulta das constantes reuniões com a anterior vereadora, onde por inúmeras vezes foram colocadas em cima da mesa as vicissitudes, levadas a cabo pelo comandante de instituição, que em nada beneficiaram o socorro, os Bombeiros e o Regimento enquanto instituição secular.

Depois “da casa arrumada” e de verificadas que foram todas as prioridades, se o executivo ainda pretender investir avultadas verbas na aquisições de viaturas para, ao abrigo de algum tipo de protocolo, oferecer alguns equipamentos/viaturas aos bombeiros da cidade de Lisboa, pois então que se faça. Mas não esqueçamos todos os restantes problemas, que aqui fomos expondo sucintamente, a merecer atenção e resolução urgente! ■



# STML reuniu com presidente da CML sobre o processo da transferência de competências para as Juntas de Freguesia

**D**ecorreu, no passado dia 29 de outubro, uma reunião convocada pelo presidente António Costa, envolvendo as várias estruturas sindicais que representam trabalhadores do município, entre eles, o STML. Na referida reunião, estiveram ainda presentes o novo vereador dos Recursos Humanos e Finanças, Fernando Medina, a vereadora Graça Fonseca e a diretora Municipal dos Recursos Humanos, Fátima Fonseca.

O assunto principal que motivou a marcação desta reunião foi a transferência de competências da CML, para as Juntas de Freguesia, previstas na Lei 56/2012.

O presidente da CML, face ao compromisso assumido em Junho com STML e STAL, na sequência da marcação da greve de 10 a 16 desse mês, recomeçou deste modo o diálogo com os sindicatos sobre as particularidades deste processo.

António Costa reiterou a sua intenção em transferir para as juntas de freguesia as competências inscritas na lei a partir de janeiro de 2014, salientando que as verbas já previstas para o efeito, no montante de 68 milhões de euros, serão transferidas diretamente do Orçamento do Estado [OE], ocorrendo a sua primeira prestação, correspondente a ¼ do valor total, a 15 de janeiro do próximo ano. Obviamente, falamos de valores que dizem respeito aos cofres da autarquia, provenientes do OE, que agora poderão ser entregues diretamente às juntas. A ideia a reter prende-se com a legitimidade legal, política e financeira destes montantes que continuam a pertencer e em qualquer contexto, à Câmara Municipal de Lisboa.

À parte da interpretação sobre estes assuntos, mais técnicos é certo, o STML, reafirmou a sua total oposição à concretização deste projeto. Um projeto que visa, como é do conhecimento de todos, o total desmantelamento da CML, não se encontrando nenhuma vantagem para os municípios nem para a cidade, como defendido por António Costa, e que inclusive coloca em causa a continuação da prestação de um serviço público municipal de qualidade e acessível a todos os lisboetas.

No plano interno da autarquia, o STML criticou a natureza deste processo que põe em risco os postos de trabalho de milhares de trabalhadores, além de não garantir a salvaguarda dos seus direitos e remunerações, muito menos dos seus horários de trabalho atuais, provocando constrangimentos e preocupações que dificilmente serão solucionáveis.

Neste sentido, o STML lembrou ao presidente António Costa que os pressupostos que levaram a convocar a greve de junho, se mantêm os mesmos. Por outro lado, as dúvidas, a insegurança e a ansiedade que grassa no seio dos trabalhadores quanto ao seu futuro, têm-se vindo a agravar.

O STML manteve a exigência quanto aos direitos dos trabalhadores que **eventualmente** possam ser transferidos para as juntas de freguesia, nomeadamente:

- Manutenção do vínculo de trabalho à CML;
- Garantir a possibilidade do regresso de qualquer trabalhador à CML, sempre que essa situação se coloque;
- Salvaguardar o acesso à Medicina do Trabalho da CML;
- Garantir a manutenção de beneficiários dos Serviços Sociais da CML;
- Garantir o direito ao pagamento do Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco;
- Garantir a realização de um horário de trabalho tendo como referência o que hoje vigora na CML.

Apesar do presidente António Costa não ter informado concretamente sobre quantos trabalhadores poderão estar envolvidos no processo de transferência e em que medida serão salvaguardados os seus direitos e interesses, o STML referiu inequivocamente que não assumirá qualquer posição, além da já conhecida, antes de reunir com os trabalhadores do município de Lisboa.

Será nestes plenários, gerais e setoriais, a convocar oportunamente pelo Sindicato, que sairão as principais decisões sobre este processo, contra o qual estamos liminarmente contra. Não aceitamos o esvaziamento da Câmara Municipal e muito menos a desvalorização sobre o futuro dos seus trabalhadores. ■



*Unidos, determinados e organizados com a força de quem trabalha!*





# A aplicação da jornada de trabalho para 40 horas semanais na Administração Pública não passará se depender da vontade dos sindicatos da CGTP-IN



**A** tentativa por parte do governo PSD/CDS no aumento da jornada de trabalho na Administração Pública, para quarenta horas semanais e oito diárias, merece por parte de todos os trabalhadores e dos seus sindicatos, o mais completo repúdio e, obviamente, o recurso a todas as formas de luta exequíveis.

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública [FCSAP] que o STML integra, reuniu com os deputados da Assembleia da República dos diversos partidos quanto a lei estava a ser discutida. Demonstrámos, então, a nossa oposição a mais uma lei injusta contra os direitos e os interesses dos trabalhadores!

A FCSAP esteve presente nas galerias da Assembleia da República, quando foi votada a famigerada lei 68/2013. Aí, protestámos contra a sua aprovação pelos deputados da maioria, do PSD e CDS-PP!

A FCSAP acompanhou o pedido de fiscalização sucessiva desta lei feita ao Tribunal Constitucional pelos partidos da oposição – PCP, PEV, BE e PS -, exigindo a sua inconstitucionalidade. Decisão que aguardamos neste momento.

A FCSAP solicitou pedido idêntico ao Presidente da República que, como todos constatamos, continua a não exercer o seu dever de defender e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa. Cavaco Silva, desprestigiando o cargo de soberania que hoje ocupa, não requereu a fiscalização preventiva desta lei, desvalorizando, assim, as justas expectativas de milhares de trabalhadores do setor público.

Na sequência destas posições, materializadas em ações concretas, uma delegação composta por dirigentes do STML e do STAL, foi, no passado dia 23 de outubro, recebida pelo vice-presidente da Assembleia da República e deputado do PCP, António Filipe. Neste dia foi entregue a **petição** em que se exige a revogação da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, que impôs este verdadeiro passo atrás na história moderna das sociedades humanas, consubstanciado no aumento do horário de trabalho para 8 horas diárias / 40 horas semanais.

A petição, que foi subscrita por mais de **20 mil trabalhadores da administração local**, sublinha que a imposição deste regime laboral representa um enorme retrocesso civilizacional, lembrando que as 35 horas semanais e sete diárias foram gradualmente aplicadas a todos os trabalhadores da Administração Pública entre 1998 e 2000, sendo que esta redução da jornada de trabalho, teve como contrapartida, sucessivos congelamentos salariais.

O texto da petição refere, ainda, que o aumento do horário representa de facto uma desvalorização dos salários, frisando que tal medida fere os princípios constitucionais da igualdade, da confiança

jurídica e da proporcionalidade, argumentos base que estão na justificação da sua inconstitucionalidade.

A exigência da revogação desta lei tem sido inscrita nos pré-avisos de greve que o STML tem colocado, tanto para a *Marcha por Abril* da CGTP-IN, realizada a 19 de outubro último, como para a Greve Nacional da Administração Pública do passado dia 8 de novembro.

Outros sindicatos da CGTP-IN, que integram igualmente a Frente Comum, têm colocado providências cautelares junto dos organismos onde têm tentado aplicar o aumento do horário. Esta é uma situação que o STML não descarta, quando assim for considerado oportuno.

A luta irá continuar inevitavelmente, porque não aceitaremos a imposição de leis retrógradas, normais no século XIX e inaceitáveis em pleno século XXI. **A razão está do nosso lado e com a força de quem trabalha derrotaremos esta política e esta medida/lei em concreto!** ■



# O esvaziamento da CML através da transferência de freguesia prejudica trabalhadores, dela um futuro mais difícil para quem v

**D**esde o início deste processo, originário da iniciativa política do PS e PSD da cidade de Lisboa, e aprovado posteriormente na Assembleia da República pelos mesmos partidos dando origem à Lei 56/2012, que o STML tem demonstrado a sua completa oposição à sua substância e aos objetivos que persegue.

Um projeto que a concretizar-se na sua totalidade, conduzirá ao desmantelamento dos serviços camarários com claros prejuízos para os municípios e para a cidade, pondo em causa o serviço público municipal e causando instabilidade e insegurança laboral a milhares de trabalhadores do município.

O que nos move contra esta lei, prende-se exclusivamente com a defesa do serviço público municipal e dos postos de trabalho, além da salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores, situações que de maneira alguma, estão contempladas nesta famigerada lei, muito pelo contrário! Evidencia-se um notável e inaceitável desdém por quem trabalha na Câmara Municipal de Lisboa.

A transferência de um vasto conjunto de funções ou missões para as juntas de freguesia, que hoje são da competência da autarquia e como tal, por si executadas, poderá causar inúmeros problemas no futuro imediato na execução de importantes serviços públicos, considerando a inexperiência e inaptidão das próprias Juntas para desempenhar funções para as quais nunca tiveram preparadas. Juntas de freguesia que não revelam, face à sua natureza geograficamente limitada, uma visão ampla e integrada da cidade ao contrário do que acontece originária e historicamente com a Câmara Municipal.

As competências que António Costa quer transferir dizem respeito, na sua maioria, a serviços que funcionam de forma integrada como a Limpeza Urbana ou a Manutenção dos Espaços Verdes, em que os meios humanos e materiais são geridos em conjunto, atingindo-se assim a tão propalada economia de escala, seja ao nível da gestão de pessoal, seja na compra do material e meios considerados indispensáveis, como viaturas, ferramentas, fardamentos, etc.

Por outro lado, existe o conhecimento e experiência acumulada ao longo de vários anos, quer da parte dos serviços e respetivas chefias hierárquicas, quer da parte dos trabalhadores camarários, que lhes concede uma importância na manutenção e limpeza da cidade de Lisboa, dificilmente comparável ou substituível. Este capital técnico e humano pode ser completamente desbaratado caso as intenções do presidente da CML se concretizem com prejuízos dificilmente quantificáveis.

Não esqueçamos nem desvalorizamos o facto dos serviços municipais terem carências, que se refletem impreterivelmente na qualidade, eficiência e eficácia da sua prestação junto da cidade e da população de Lisboa. Aliás, situações que temos denunciado constantemente. Contudo, estas referidas carências, revelam uma política de desinvestimento deliberado por parte do executivo do PS, como por exemplo no que diz respeito à não admissão de trabalhadores em número suficiente, face às avaliações devidamente quantificadas e informadas pelos próprios serviços, quer no plano da aquisição de equipamentos, viaturas e meios diversos fundamentais, considerando os objetivos que o serviço público municipal persegue.

A título de exemplo, António Costa investiu em 6 anos na Limpeza Urbana o equivalente ao necessário em termos anuais, isto é, o que devia ter sido realizado em termos de investimento ano a ano, foi apenas efetivado uma vez em 6 anos.

Outras realidades merecem a nossa denúncia, como nos Espaços Verdes da responsabilidade do município, onde não são admitidos jardineiros desde os anos de 90 do século passado. Na Brigada de Calceteiros existem atualmente apenas 13 calceteiros (!).

Por estes e outros motivos, que nos ocupariam várias páginas, podemos

afirmar claramente que não será dispersando meios [materiais e humanos] pelas 24 juntas de freguesia, que as diversas funções implícitas ao serviço público na cidade de Lisboa serão garantidas, muito pelo contrário!

Refletindo sobre questões concretas, questionamos sobre o tipo de procedimento que as juntas de freguesia terão num cenário de catástrofe natural, idêntico ao que sucedeu no inverno de 2012. Nesse ano, num fim-de-semana apenas, a CML teve que organizar e operacionalizar centenas de cantoneiros de limpeza, jardineiros, cantoneiros limpa-coletores, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, com os respectivos meios pesados. Um trabalho que teve na altura a coordenação concreta da Proteção Civil do município, em conjunto com o Regimento de Sapadores Bombeiros. Foi esta organização centralizada e transversal à cidade, que permitiu que Lisboa ficasse limpa, em segurança e transitável num curto espaço de tempo. Como será tudo isto possível, num contexto em que os serviços que zelam pelo bem-estar e segurança dos lisboetas e da cidade, se encontram fragmentados por 24 minis-câmaras, numa espécie de novos feudos dos tempos modernos?

Num outro plano de argumentação, questionamos igualmente como farão as juntas de freguesia, com as responsabilidades legais, financeiras e materiais que poderão vir a ter, face à necessidade de uma intervenção de fundo num qualquer equipamento e/ou edifício à sua responsabilidade, como no caso de uma Escola? Intervenções na ordem dos milhares de euros que por esse simples motivo, estão evidentemente muito longe das possibilidades orçamentais de uma qualquer junta, mesmo as que detêm os orçamentos mais reforçados.

Estas e outras matérias desmentem alguns dos argumentos do executivo municipal quando justificam a necessidade desta transferência de competências com uma suposta maior proximidade ao munícipe. Uma proximidade, esquecem-se de dizer, que já hoje é uma realidade! Onde se dirige o cidadão de Lisboa quando a sua rua não é limpa convenientemente, ou



# Transferência de competências para as juntas rápida serviços públicos e poderá implicar vive e trabalha na cidade de Lisboa

quando há um buraco no pavimento, ou ainda quando o jardim não é tratado convenientemente? A resposta é conhecida há anos pelos lisboetas, ou seja, dirigem-se a um qualquer posto da Câmara Municipal, onde inclusive até já conhecem os responsáveis e os trabalhadores que operam na sua zona residencial.

Afirma António Costa que esta descentralização para as juntas de freguesia vai acompanhada de um pacote financeiro necessário à persecução das suas novas missões. No total, refere o montante de 68 milhões de euros. Um valor que à partida não nos parece suficiente face aos encargos que supostamente deverá enquadrar as 24 juntas de freguesia, isto é, despesas com pessoal, custos com a manutenção e aquisição de equipamentos ou os custos com a manutenção do património, seja de natureza corrente ou não.

Como se não bastasse, este valor definido para as juntas de freguesia, dependerá todos os anos do Orçamento do Estado. Ora, conhecendo a tendência dos últimos governos em aprofundar o corte no investimento dos serviços públicos, não vislumbramos outra solução às juntas de freguesia para resolver os seus inevitáveis problemas financeiros, que não passe pela criação de novas taxas, onerando inexorável e injustamente os respetivos fregueses.

Contudo, o mais expectável num cenário de incapacidade objetiva por parte das juntas de freguesia em cumprir o seu novo papel junto das suas populações, poderá passar pela entrega a privados da realização dos vários serviços públicos, seja através da concessão, externalização ou mesmo privatização. Um cenário com o qual não pactuaremos em nenhuma circunstância!

## Que Câmara Municipal pretende ter António Costa?

A concretizar-se a transferência de competências com a entrega de serviços às juntas de freguesia, que hoje são da responsabilidade da Câmara

Municipal, a autarquia manteria sob sua alçada, segundo o atual presidente do município, alguns serviços considerados estruturantes. É o caso da recolha de resíduos sólidos, mas supostamente não por muito tempo. O que António Costa tem defendido ultimamente, aponta a concentração destes serviços numa empresa intermunicipal, juntamente com as oficinas de manutenção e reparação mecânica [DRMM].

Por outro lado, nos Espaços Verdes, a prática tem sido retalhar em áreas suficientemente pequenas, para poderem ser adjudicadas a empreiteiros. Observamos a existência de vários contratos, cujos contornos em termos de montantes e especificidades, dependem apenas do vereador Sá Fernandes, não necessitando deste modo de serem sujeitos à avaliação, fiscalização e aprovação na Assembleia Municipal.

A CML sai claramente prejudicada por estes ‘negócios’, considerando o facto destes serviços contratualizados serem mais caros do que se fossem, comparativamente, executados pelos meios municipais.

Não é de estranhar portanto, que o munícipe quando deparado com jardins (mal) tratados por empresas, que inclusive abandonam muitas vezes as empreitadas para as quais foram contratadas, apontem a ineficácia da autarquia... Para o STML, falamos de ineficácia é verdade, mas da política do executivo municipal que não tem em conta os interesses das populações de Lisboa.

No âmbito do projeto de transferência de competências, a autarquia reservará para si a manutenção dos chamados “espaços nobres” da cidade. Soubemos recentemente que a Câmara se prepara para adjudicar a privados precisamente o Parque Eduardo VII e todos os jardins contíguos, vários jardins de Belém, onde se inclui a Praça Afonso de Albuquerque e vários espaços verdes no Parque da Belavista.

Esta adjudicação será seguramente na ordem dos vários milhares de euros. Quem fiscalizará a obra dos ‘privados’, considerando os seus antecedentes extremamente negativos na cidade e nesta área em particular. Quem exigirá responsabilidades quando se começar e verificar a degradação dos espaços verdes mais simbólicos de Lisboa? Quem irá remendar o mal feito por estas empresas, ávidas pelo lucro e não olhando a meios para atingir esse fim, mesmo que isso implique não assumir as responsabilidades assumidas através de um contrato escrito?

Acrescentamos a esta nossa exposição, o caso da “venda” do saneamento em baixa à EPAL; a eventual cedência à EDP da iluminação pública; a entrega dos equipamentos desportivos aos Clubes, alguns deles autênticos clubes-empresa; ou o caso do alojamento e administração dos sistemas de informação a empresas privadas (o correio eletrónico da CML já está totalmente na PT).

Estamos de facto perante um projeto de esvaziamento que visa uma câmara mínima. Até a “reforma do Estado” de Paulo Portas se assemelha à política que Antonio Costa defende para Lisboa e para a maior autarquia do país (pelo menos até agora).

Tudo o que é potencialmente rentável, é passível de ser entregue a privados. As funções e missões essenciais são descartadas para as juntas de freguesia, ficando o que resta da Câmara Municipal com o objetivo de apenas gerir o grande negócio da especulação imobiliária, servindo de intermediária perante os interesses privados, e pouco mais.

Na última reunião convocada pelo presidente da Câmara com os sindicatos (ver texto da pág.8), o STML reafirmou a sua oposição ao desmantelamento dos serviços públicos e a defesa incondicional dos direitos dos trabalhadores, pelos quais sempre lutaremos. Claramente, o presidente da CML não nos deixa outra alternativa que não seja lutar pelo que nos interessa e que em grande medida influi nas nossas vidas: o nosso posto de trabalho e o trabalho com direitos! ■



**Não nos deixam outra solução  
que não partir para a luta!**

# O que podemos extrair dos resultados das últimas eleições autárquicas?

Os resultados das passadas eleições autárquicas demonstraram, mesmo aos mais reticentes, o profundo descontentamento da imensa maioria do povo português à política que tem sido executada nos últimos 38 anos!

Se os grandes derrotados da noite eleitoral foram PSD e CDS, perderam ambos mais de 500 mil votos em relação a 2009, não podemos excluir também o PS, já que entre os 3 partidos do dito 'arco da governação', desaparecem cerca de 850 mil votos em relação às anteriores eleições autárquicas.

A abstenção sentida, a mais elevada de sempre, é igualmente um sinal de profunda insatisfação, se assim o quisermos entender. Um protesto que pode ser encarado como um aviso sério à navegação, concretamente aos que teimam em pisar e repisar as justas expectativas dos trabalhadores e do povo português, minando inclusive a independência e soberania nacional.

A única força política que cresce em votos, percentagem, mandatos e maiorias absolutas é a CDU-PCP/PEV.

Na Câmara Municipal de Lisboa (a realidade que mais nos interessa), o PS obteve, percentualmente pelo menos, a vitória mais robusta de sempre, dentro dos parâmetros do regime livre e democrático conquistado no ano de 1974. Todavia, este resultado acontece com menos quase 7 mil votos comparado com 2009.

Com este resultado, António Costa é reeleito e tem agora mãos livres para aprofundar a política de esvaziamento dos serviços municipais que tem assumido nos últimos anos. Será diferente do mandato anterior? Não! Já tinha maioria absoluta e continua a tê-la.

Na Assembleia Municipal, a realidade era um pouco diferente, mas o contributo do PSD sempre que estavam em causa matérias essenciais, não faltou, como todos sabemos. Pode o PS, neste mandato que se ini-



cia, dispensar esse apoio, já que com os 17 presidentes de junta tem igualmente maioria absoluta neste órgão de natureza deliberativa e, principalmente, fiscalizadora.

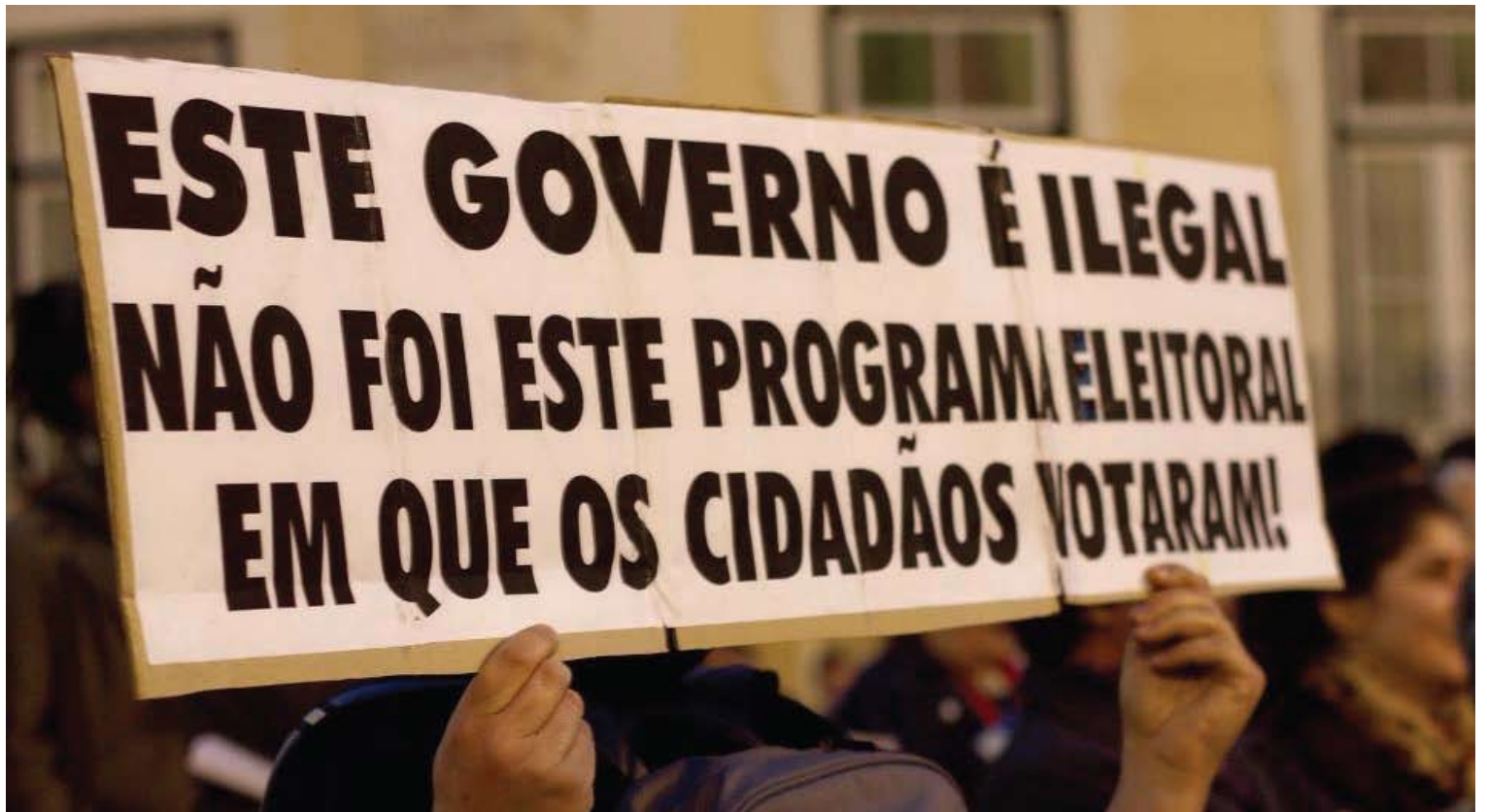
Será todavia neste último cenário que nos deve merecer alguma apreensão. Com o poder centralizado numa só cor política (no PS), as divergências que por vezes surgiram no passado entre os maiores partidos e que muitas vezes foram bem aproveitados em função

dos reais interesses dos trabalhadores do município, não terão agora grande peso no momento da decisão política. Ao PS cabe todo o poder absoluto concedido por estes últimos resultados eleitorais. A história é madrastra quando estamos perante poderes absolutos, mas não é menos verdade que evolução da vida social e o dinamismo que lhe está implícito, acabou por pôr termo a esses reinados de pendor absoluto.

Neste sentido, não temos dúvidas em afirmar que reside ainda nas mãos de quem trabalha a resposta a todas as dificuldades e problemas criados por um poder político, atualmente materializado no triunvirato PS/PSD/CDS, cujas preocupações passam apenas pela defesa dos interesses de uns poucos em detrimento dos interesses da maioria. Na cidade de Lisboa, observa-se a mesma realidade.

Caberá então aos trabalhadores do município de Lisboa, num contexto político mais difícil é certo, congregar esforços, organizar energias e vontades e mobilizar-se em torno da defesa dos seus direitos, interesses e aspirações. Recusar estas ideias, será inevitavelmente conceder o 'ouro ao bandido' ainda antes da 'casa ser assaltada'.

Organizar, lutar e resistir, serão porventura as palavras de ordem mais importantes dos trabalhadores do município para os próximos anos. A luta será assim inevitável, se queremos de facto manter a nossa dignidade no trabalho mas também nas nossas vidas. O respeito não cai do céu nem é dado, conquista-se! ■



# A Frente Comum contesta a política do Governo junto ao Ministério das Finanças

No dia a seguir às eleições autárquicas, a 30 de setembro, a Frente Comum dos Sindicatos das Administração Pública [FCSAP] mobilizou os dirigentes, delegados e ativistas sindicais, dos sindicatos que desta estrutura fazem parte, para uma ação de protesto e denúncia contra a lei das 40 horas em concreto, mas contestando na generalidade todas as medidas que têm nos trabalhadores do setor público o principal alvo.

À porta do Ministério das Finanças gritaram bem alto a solução que propõem para o governo do Paulo e do Pedro: demissão imediata e convocação de eleições antecipadas. O sentimento de repulsa a um governo e aos partidos que o sustentam é generalizado de norte a sul do país e, neste fim de tarde, junto ao Ministério da ministra *swap*, verbalizámos de forma bem audível a nossa insatisfação.

Na origem da lei das 40 horas está a falácia em torno do aumento da produtividade e da possibilidade (fantasma) em prestar à população serviços públicos em horários alargados e com melhor qualidade. **Estamos perante uma mentira redonda!**

Não há qualquer estudo que sustente a teoria do aumento da produtividade em função do aumento do horário de trabalho! Aliás, o que existe de facto são indicadores que apontam claramente o contrário! O eventual aumento do horário de trabalho faz crescer exponencialmente os riscos associados aos acidentes e doenças profissionais. Como pode um trabalhador ser mais produtivo neste contexto?

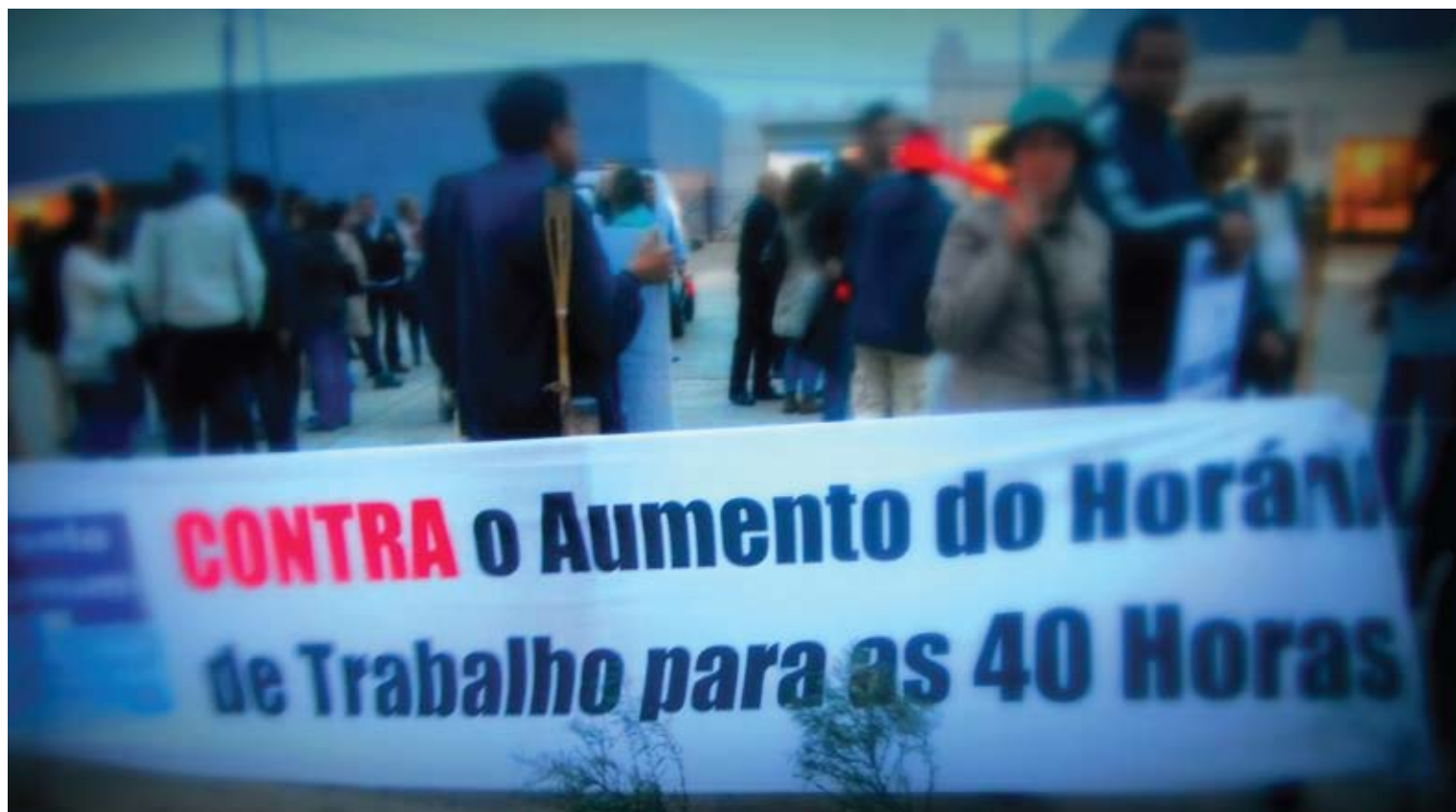
Contudo, esta realidade é completamente ignorada pelo Governo. Na origem desta medida reside apenas um elemento: o fator económico, ou melhor dizendo, a obsessão no corte com a despesa pública, sempre sobre os mesmos claro está!

Trabalhar mais horas, sem receber mais por isso, é um roubo inaceitável! Trabalhar mais horas, implica não realizar o que até agora é considerado como trabalho extraordinário e pago como tal! Trabalhar mais horas, implica criar a possibilidade real de diminuir o número de trabalhadores necessários a determinados serviços públicos.

Com duas cajadadas só, o governo procura ver-se livre de funcionários públicos e, pagar menos aos que ficam e, simultaneamente, diminuir a oferta pública, encerrando ou extinguindo serviços públicos. Quem beneficia com esta política? Os mesmos de sempre, i.e., os interesses privados obviamente!

Direta ou indiretamente, o governo PSD/CDS-PP pretende degradar as condições de trabalho de milhares de funcionários das administrações locais, centrais ou regionais ao ponto de obrigar os trabalhadores a decidirem sair da administração pública, seja através das famigeradas 'rescisões amigáveis', seja através de uma mobilidade especial/requalificação que, apesar de chumbada pelo Tribunal Constitucional continua, na sua essência, nos projetos deste (des)governo que há muito já devia ter sido demitido!

A luta contra a lei das 40 horas ainda vai no adro, como diz o nosso povo! Será a organização e a determinação dos trabalhadores que decidirá a sua aplicação ou não. Uma luta que a ser firme e poderosa, terá seguramente influência decisiva junto do Tribunal Constitucional onde esta matéria está a ser analisada. Todavia, será a derrota desta política e deste governo em particular, a melhor garantia da não aplicação desta e de outras medidas cujos contornos ignóbeis nos merecem a mais forte contestação. Assim foi no dia 30 de setembro, junto ao Ministério das Finanças pela mão da FCSAP! A luta continua! ■



# Em 19 de outubro milhares atravessaram as pontes contra um governo cada vez mais isolado!



**M**uitas dezenas de milhares de trabalhadores participaram nas marchas que decorreram em Lisboa, no Porto, nas ilhas da Madeira e dos Açores, convocadas pela CGTP-IN, sob o lema: **por Abril, contra a exploração e o empobrecimento**. O objetivo destas poderosas ações de luta passa incontornavelmente pela demissão do governo.



Deste modo, no passado dia 19 de outubro, em Lisboa, a marcha prevista para a Ponte 25 de Abril, com concentração na Praça das Portagens em Almada, sofreu as alterações já conhecidas publicamente e resultado da decisão inédita por parte do ministro da Administração Interna que proibiu a travessia da ponte a pé. Esta decisão levou a nossa Central Sindical, a reformular o protesto em poucos dias. Os argumentos apresentados, falaciosos como todos sabemos, invocou o parecer do Sistema de Segurança Interno do Conselho de Segurança da Ponte 25 de Abril, que apontava razões de segurança, afirmando tratar-se de uma “infraestrutura cuja circulação de pessoas só pode realizar-se em situações muito excecionais”.

Durante a semana que antecedeu o protesto, a CGTP-IN, através do seu secretário-geral, desmontou um a um, os argumentos falsos, com que o governo tentou iludir a opinião pública para justificar a proibição da marcha. Desde logo lembrando as inúmeras provas de atletismo, que todos os anos se realizam naquela infraestrutura, com dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças.

A CGTP-IN garantiu desde logo toda a segurança que fosse necessário, através dos seus próprios meios, além de propor a não utilização pelos manifestantes das faixas de rodagem do meio, permitindo a circulação de veículos em marcha de emergência. De salientar que as Câmaras Municipais de Almada e de Lisboa, e a PSP através do Comando Metropolitano de Lisboa e Comando Distrital de Setúbal (Divisão de Almada), se limitaram a desenvolver os competentes processos, ao abrigo da legislação que regula o livre exercício de reunião e manifestação.

Que este governo não gosta das conquistas associadas à revolução de 25 de Abril de 1974, e tudo o que ele representa para o povo português, já todos sabemos. Não é admirar o esforço diário de Portas & Passos [e restantes acólitos], para eliminar os direitos

desde então conquistados. Também Cavaco Silva tem más recordações do local, pois foi precisamente ali, que em 1994, a sua maioria absoluta, maior que a que suporta o governo atual, começou a desmoronar-se pela revolta do povo contra os aumentos das portagens.

À CGTP-IN, restavam três alternativas: anular o protesto, e assim dar um sinal de fraqueza; manter o protesto na forma inicial, e arriscar a segurança de muitos milhares de pessoas que participam nas nossas iniciativas, pois o confronto com as forças policiais seria inevitável, e dar argumentos ao governo para poder proibir futuras ações, objetivo há muito perseguido pelos sucessivos dirigentes da política de direita ou, num último cenário, manter o protesto, manter o percurso, mas em vez de uma marcha a pé, uma marcha em autocarro. Assim foi!

Foi assim realçado nesse dia, não os eventuais conflitos com a polícia e/ou a irresponsabilidade da Central Sindical, mas os motivos que levaram milhares de trabalhadores a exigir a demissão deste governo ilegal e ilegítimo! Foi isto precisamente que quiseram impedir e não conseguiram.

Mais de 400 autocarros, vindos do sul e do centro do país (150 de Lisboa), atravessaram a ponte entre as 13h30 e as 15h30, acompanhados de centenas de veículos particulares e motos, tendo-se registado uma marcha lenta por volta das 14h30, hora de maior fluxo no tabuleiro.

Com todos os trabalhadores que participaram nesta marcha, conscientes e convencidos do firme propósito com que ali estavam, observamos imagens inesquecíveis que ocorreram na chegada a Alcântara. As centenas de trabalhadores que já se encontravam nos arruamentos do Largo do Calvário, gritavam palavras de ordem que foram acompanhadas por quem chegava nos autocarros.

A marcha concluiu-se em Alcântara, com a intervenção do secretário-geral da CGTP-IN, e apesar da chuva que se abateu sobre o local, ninguém arredou pé, reafirmando as motivações desse dia de luta e protesto:

**PÔR O GOVERNO NA RUA! ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA LUTAR PELA ALTERNATIVA POLÍTICA, DE ESQUERDA E SOBERANA! ■**



**No dia em que se votou na generalidade a proposta da Lei de OE 2014, a 1 de novembro, milhares de trabalhadores chumbaram as intenções de um governo que há muito deixou de pertencer ao atual quadro legal e democrático português**

## **A demissão do governo é uma verdadeira matéria de interesse nacional!**

**M**ilhares de trabalhadores responderam ao apelo da CGTP-IN e deslocaram-se para a Assembleia da República, convergindo de três pontos de partida, onde demonstraram sem margem para qualquer dúvida, a sua intenção de voto face à proposta ilegal de Orçamento do Estado para 2014 de um governo que há muito devia ter sido demitido. Um OE chumbado nas ruas de forma ensurdecadora.

Os trabalhadores do município de Lisboa, em grande número, concentrados no Largo do Rato, juntaram-se aos trabalhadores de outros setores de atividade, quer do público quer do sector privado, e denunciaram veementemente um governo que:

### **HÁ ALTERNATIVAS À POLÍTICA DO GOVERNO!**

A CGTP-IN apresentou, em outubro último, um conjunto de propostas relativamente a outra **política fiscal** que, a ser concretizada, trará mais equidade, justiça e, em grande medida, resolve os problemas das contas públicas nacionais. Propostas que representam **7.204 milhões** de possibilidades em inverter o rumo desastroso que nos querem impor.

A política do governo, não só **não** resolveu os problemas das contas públicas nacionais e do défice, como os agravou inexoravelmente. Está na hora de construir uma alternativa de facto, e não uma alternância a este desastre que tem



varrido o país de norte a sul, condenando milhões de portugueses a uma pobreza e uma miséria inaceitáveis em pleno século XXI.

Será a luta organizada dos trabalhadores o

motor de todo um processo de protesto e contestação, que tem na demissão deste famigerado governo a sua principal motivação! A luta irá continuar inevitavelmente! ■

### **Rouba aos pobres para dar aos ricos. Retira as mais-valias do país para entregar ao estrangeiro. Corta no Estado Social para engordar o capital.**

- Tira 800 milhões da Saúde para dar às PPP.
- Paga mais pelos juros da dívida (8 mil milhões €) que o orçamentado para a Educação e Ciência.
- Reduz o IRC para as grandes empresas e sobrecarrega os trabalhadores e reformados com a sobretaxa de IRS.
- Cobra pelo IVA (23%) da eletricidade e do gás, o mesmo que paga quem compra um Ferrari.
- Corta mais de 2 mil milhões € nos salários e pensões da AP, enquanto a banca e as empresas de energia apenas pagam uma taxa de 140 milhões €.

Um Governo em rota de colisão com a **Constituição da República Portuguesa**. Não é a Constituição que se tem que ajustar à ditadura dos mercados, ou subjugar aos ditames do memorando da troica, mas sim o Governo e o Presidente da República que têm que respeitar e fazer cumprir a Constituição.

## **No dia 8 de novembro assistimos a uma poderosa GREVE NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA!**

**C**ontra um Orçamento do Estado que nos empurra para um passado sem perspectivas de futuro, pela demissão deste governo e pela derrota da política de direita que o mesmo executa, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública convocou uma greve nacional para o dia 8 de novembro, que teve uma adesão expressiva da parte de milhares de trabalhadores.

Uma adesão a uma GREVE NACIONAL que mostrou claramente a rejeição da esmagadora maioria dos trabalhadores da AP a um Orçamento de um Governo fora da lei, repleto de inconstitucionalidades, que terá na continuação e aprofundamento da luta dos trabalhadores o seu inevitável colapso.

No momento em que escrevemos este artigo não dispomos de dados concretos sobre a adesão à greve no município de Lisboa, tendo contudo a noção clara que

foi, pela observação possível de realizar nos piquetes de greve, uma jornada de luta inequívoca de profundo significado.

Uma adesão à GREVE que para os trabalhadores do município de Lisboa visou igualmente dar um sinal claro ao executivo novamente liderado por António Costa e ao seu processo que procura dismantlar a Câmara Municipal através da famigerada transferência de competências para as juntas de freguesia.

**O STML reafirma a sua frontal oposição a todo este processo e contra ele desenvolverá todas as formas de luta possíveis!** Defender os postos de trabalho, os atuais horários, os direitos e remunerações, será incontornável para todos os trabalhadores do município, só exequível através de uma forte unidade, confiança e determinação! Só teremos uma luta consequente se **todos** se envolverem com consciência e responsabilidade! ■



# ESPAÇO DOS APOSENTADOS

## Ação reivindicativa

- **25 de setembro – Jornada nacional de protesto contra o roubo das pensões**



Organizada pela Frente Comum e a Comissão Nacional de Aposentados, onde o STML está representado, realizou-se em 25 de setembro uma importante manifestação contra o roubo das pensões de aposentação e de sobrevivência, que este Governo pretende fazer aprovar na Assembleia da República. Os cortes retroativos de 10% nas pensões de aposentação e de sobrevivência, a pretexto de uma pseudoconvergência e falsa equidade, põem a nu o carácter terrorista de um Governo que não respeita nenhum compromisso com os aposentados, apenas com o grande capital de quem é serventuário. O protesto contou com uma forte presença das organizações de reformados, nomeadamente da Inter-Reformados/CGTP-IN, e nele estiveram presentes cerca de três dezenas de reformados da Câmara Municipal de Lisboa.

- **17 de outubro – Discussão no Plenário da Assembleia da República da Petição da Inter-Reformados «Contra as injustiças, contra o roubo dos subsídios de férias e Natal, contra o empobrecimento».**



Mais de um ano passado sobre a sua entrega na AR, as nossas reivindicações continuam perfeitamente atuais. A maioria de direita rejeitou as propostas contidas na nossa petição, perante a indignação das largas dezenas de reformados presentes nas galerias entre os quais estavam elementos da nossa Comissão de Reformados.

- **24 de outubro - Audição parlamentar sobre a Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª**

A Inter-Reformados esteve presente na Assembleia da República, em 24 de outubro, a convite da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, para uma audição conjunta com o MURPI e a APRe!, sobre a Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª, vulgarmente conhecida por “Lei do roubo das pensões e do aumento da idade da reforma”.



Por parte das organizações de reformados foi unânime a rejeição dos falsos e enviesados pressupostos e das injustas e inconstitucionais medidas que esta maioria pretende aprovar. Nada tendo de “convergência” ou “equidade”, são antes um assalto retroativo aos atuais aposentados e de um roubo

anunciado aos futuros aposentados.

A Inter-Reformados defendeu os direitos dos aposentados com base nos pareceres da CGTP-IN e da Frente Comum. Finalmente, os deputados foram alertados para a grave responsabilidade política e ética que assumem ao tomarem uma decisão injusta e contrária aos direitos constituídos ao longo de uma vida de trabalho, por centenas de milhares de portugueses, na fase mais frágil da sua existência.

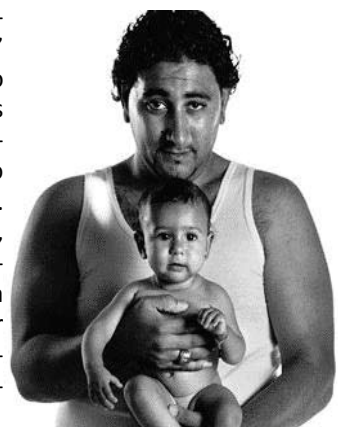
## Ação Sócio-cultural

Esta nossa atividade, que promove o convívio e solidariedade entre reformados e o reencontro entre estes e a cidade para a qual trabalharam durante tantos anos, prosseguiu no dia 26 de setembro, com uma visita guiada ao Jardim da Estrela.

Inseriu-se num programa do Gabinete de Projectos de Intervenção Comunitária da CML, designada por “Desfrutar do Património Verde de Lisboa – Quintas e Jardins”.

As nossas prestimosas guias Isabel e Madalena souberam transmitir-nos muito do que de interessante ali se pode desfrutar: história da cidade, lendas, estátuas, lago, coreto, e variadíssimas espécies vegetais.

Já no dia 30 de outubro, a visita mensal foi à Exposição “Vidas Ciganas” patente no Museu da Cidade, ao Campo Grande. Proporcionou-nos um contacto com as origens históricas, cultura e tradições de um povo nómada de características únicas. Fotografias, instrumentos musicais, vestuário, filmes, e também a surpreendente capacidade expressiva da nossa guia, ajudaram-nos a encarar diferentes perspetivas sobre a natureza de um povo tantas vezes injustamente desprezado e perseguido. ■





# O Desemprego não se combate com Ocupações Temporárias!

O Governo, por via do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, apresenta, sistematicamente, a descida dos números do desemprego entre os mais jovens, já várias vezes anunciada. Segundo os últimos documentos apresentados na reunião da denominada “Comissão de Coordenação e Acompanhamento do impulso jovem” (onde a CGTP-IN participa de forma crítica, afirmando as suas posições e contrariando esta grande operação de propaganda), o crescimento do Emprego é, de forma propositada, confundido com a ocupação temporária de jovens em diversas actividades, formações e estágios do IIEFP.

Na apresentação daquilo que são os “resultados” do Programa Impulso jovem não são contabilizados os trabalhadores que encontraram solução para o desemprego a que estão sujeitos, mas todos os que estão, de alguma forma, a receber apoio do IIEFP ou outro programa ocupacional do Governo.

Desta forma, são eliminados da taxa de desemprego entre os jovens os que frequentam Cursos de Educação e Formação de Adultos, Estágios profissionais, Módulos de Aprendizagem em Entidades Externas, Formação Modelar em vida ativa, entre outras.

Os trabalhadores, na sua larga maioria jovens, que estão a realizar estes Programas e Formações do IIEFP não estão a trabalhar, não estão a desenvolver uma actividade com vínculo laboral a uma empresa, a uma entidade individual ou colectiva ou ao Estado. Não o estão a fazer de forma efetiva, com os direitos e garantias que definem aquilo que é “ter um emprego”, que garanta autonomia, direitos laborais, desenvolvimento das capacidades e da formação adquirida, ou mesmo direito a um salário, recebendo, na sua maioria, subsídios de deslocação, de alimentação ou prestações sociais, em muitos casos, inferiores ao Salário Mínimo Nacional.

A larga maioria dos trabalhadores que hoje estão abrangidos por estas situações foram despedidos por via de decisões



políticas, comprometidas com o interesse das Grandes Multinacionais e Monopólios e que tem levado à destruição do Aparelho Produtivo Nacional, à redução de salários e consequente falência de centenas de pequenas e médias empresas diariamente. Política que tem levado ao fim do Investimento Público, ao encerramento de Serviços públicos, Instituições e Organizações que garantem o funcionamento do país.

Concluimos, com a análise dos últimos números do desemprego, que a perspectiva dos Patrões, sustentada por este governo, é a do trabalho como ocupação temporária, sem garantias nem direitos, permitindo a intensificação da exploração, o aumento do desemprego real, a emigração forçada de milhares de jovens que, definitivamente, desaparecem dos números de desempregados e abandonam o seu país.

Ao apresentar estes “falsos resultados”, o Governo do PSD/CDS-PP dá razão aos fortes protestos dos trabalhadores, das populações e dos jovens, em particular, que exigem, há muito, a demissão de um governo comprometido com o Grande capital, que não pretende resolver os problemas dos jovens que querem trabalhar com direitos e viver no seu país.

A mobilização de todos para a luta é decisiva para a derrota da política de Direita e do Programa de Agressão, ao serviço daqueles que nos querem mais pobres, mais infelizes e mais explorados. A batalha pela demissão deste Governo, passo fundamental para esta derrota e para a construção de uma Política ao serviço de quem trabalha, trava-se nas empresas e locais de trabalho, com as greves, protestos e reivindicações.

Assim será seguramente no próximo dia **26 de novembro**, que devemos todos sair à rua e demonstrar o nosso repúdio a este governo sem ponta de legitimidade e que já deveria ter sido demitido há largos meses! **DEMISSÃO DESTE GOVERNO JÁ!** ■



# Desconstruir a falácia que aponta a ineficácia dos serviços públicos da autarquia aos trabalhadores municipais!

**T**emos verificado, nos últimos meses, uma intensificação do discurso dos responsáveis políticos do município, que viram renovado o seu mandato nas eleições de setembro último, em torno da degradação e falta de qualidade na limpeza urbana da cidade.

Implicitamente acusam os trabalhadores da Câmara Municipal, como a principal origem destes problemas. Ora, esta propaganda promovida principalmente pelo presidente António Costa, com maior evidência durante a campanha eleitoral onde obteve a ajuda inestimável do candidato do PSD/CDS-PP, serve vários propósitos, nomeadamente:

1. Mascaram o desinvestimento e o esvaziamento a que foram sujeitos os serviços municipais;
2. Mascaram a falta gritante de pessoal! Na limpeza urbana estima-se a necessidade de reforço dos quadros de pessoal (mapas de pessoal) com 300 trabalhadores. Um problema que se vê agravado com as aposentações e do facto de estarmos perante uma profissão de desgaste rápido apesar de não ser, injustamente, reconhecida como tal. Esta situação provoca a limitação física de muitos trabalhadores que têm que desempenhar outras tarefas que não as diretamente envolvidas com a limpeza da cidade.
3. Mascaram as verdadeiras intenções políticas do PS (D). Por detrás de uma argumentação em torno da ineficácia e ineficiência do serviço municipal, está a vontade em conceder ao setor privado a exploração destas áreas de interesse público.

Concretizando algumas críticas que aqui expomos, é pertinente referir a existência de vários postos de limpeza que funcionam atualmente com cerca de metade do pessoal, comparando com o período homólogo de há um ano atrás.

Como já denunciámos em edições anteriores deste jornal, muitas lacunas a nível de pessoal, cuja situação dramática poderia implicar o encerramento objetivo de alguns locais de trabalho, foram resolvidas parcialmente com a 'inclusão' de trabalhadores desempregados ao abrigo dos protocolos com o IEFP. Trabalhadores que num prazo de um ano, regressam impreterivelmente à sua condição de desempregados a tempo inteiro.

O anterior executivo e o atual, liderado pelo mesmo presidente, apostou numa orientação política que permitisse a médio/longo prazo justificar o desmantelamento dos serviços públicos municipais responsáveis pela limpeza e recolha de resíduos sólidos.

Uma estratégia que, até para os mais céticos, é hoje por demais evidente se associarmos o processo de transferência de compe-



tências para as juntas de freguesia, em que o alvo imediato, numa primeira fase pelo menos, passa pela transferência da varredura e lavagem, ficando os restantes serviços da limpeza urbana na calha para o seu igual desmantelamento.

Obviamente, os argumentos utilizados por António Costa (mas também por Fernando Seara), inúmeras vezes repetidos ao longo da última semana de Setembro, partem sempre de pressupostos que apontam a necessidade em melhorar a qualidade de vida dos lisboetas, melhorando para isso, a limpeza urbana da cidade. Ocultam deliberadamente que se os serviços municipais não respondem com a qualidade, economia, eficiência e eficácia que todos desejamos, é porque simplesmente da parte do poder político [PS, neste caso em concreto], não existiu qualquer vontade nesse sentido. Aliás, qualquer tipo de investimento substancial nestes setores públicos seria contranatura face aos objetivos e projetos defendidos pelo PS, em nada diferentes do PSD e do CDS, que privilegiam a ótica do privado em detrimento do público. A passagem para as juntas de freguesia é já considerada por muitos como um ponto de passagem para uma possível externalização, concessão ou privatização.

Aos objetivos políticos imediatos, mas também a médio/longo prazo do novo executivo socialista liderado novamente por António Costa, contrapõe-se a honestidade, a dedicação e o brio profissional de milhares de trabalhadores do município afetos à Direção Municipal do Ambiente Urbano que, em condições cada vez mais difíceis, conseguem mesmo assim prestar um serviço de qualidade.

O que se exige ao recém-empossado executivo municipal é o investimento urgente e indispensável em meios materiais e humanos que permitam elevar a qualidade do serviço público prestado à cidade e à população de Lisboa, além de paralelamente, contribuir para a dignificação das várias profissões que integram a limpeza urbana, respeitando os seus trabalhadores e respondendo positivamente aos seus anseios e expectativas.

Ideias que podem e devem ser extrapoladas a todas as áreas de intervenção do município, como a educação, a gestão de jardins e espaços públicos, de equipamentos desportivos e culturais, de mercados e feiras, das obras e requalificação urbanística, de tudo portanto que diga respeito às atuais competências da Câmara Municipal de Lisboa. ■

# Orçamento para 2014 e Reforma do Estado: a afronta à Constituição!

A política criminosa e fora da lei do governo de direita de Passos e Portas continua. Depois de nos últimos dois anos, e consequentemente, nos dois últimos Orçamentos do Estado (OE), o Tribunal Constitucional (TC) ter declarado a inconstitucionalidade de algumas medidas “austerizadas”, para 2014 o governo PSD/CDS volta a afrontar a Constituição da República (CRP), pelo menos em duas medidas concretas: corte nos salários dos trabalhadores das administrações públicas a partir dos 600 euros [eventualmente a partir dos 700 euros] e o corte retroativo nas pensões, nomeadamente nas da Caixa Geral de Aposentações e nas pensões de sobrevivência.

Confrontado com a expectativa legítima dos portugueses de que essas medidas terão chumbo garantido por parte do TC – pois é completamente evidente que elas violam princípios base do Estado de Direito – Passos Coelho, na já sua habitual ausência de vergonha, diz saber que “as medidas têm riscos”, mas “presume que são legítimas”, porque “as anteriores decisões do TC não querem dizer que houve violação da Constituição”! E, remata, “é uma questão de interpretação dos juízes”.

A visão de Passos é no mínimo absurda e insultuosa para quem ocupa o cargo de primeiro-ministro de um país que, apesar de tudo, ainda é um estado democrático e soberano. Não só continua a afrontar a ordem constitucional, que já foi, de facto, violada anteriormente (e é preciso recordar todos os chumbos a normas dos OE deste governo), como desrespeita frontalmente um órgão de soberania como o TC, exercendo sobre ele uma inadmissível pressão. Tudo porque, a agenda da direita de destruição do Estado social e de empobrecimento do país é absolutamente inconstitucional, como não poderia deixar de ser. Por isso, Passos pressiona, vê a CRP como um entrave aos seus objetivos e relativiza sobre a evidência de governar fora da lei, o que, num país com um Presidente da República responsável e honrado para com a sua Constituição, significava a demissão do governo, pelo menos ao segundo chumbo do TC. Se houver, como se espera, um terceiro, o que fará Cavaco?

Voltando ao teor do OE 2013, é absolutamente evidente que o governo PSD/CDS não desarma na sua política de destruição do país. A austeridade surge reforçada e, uma vez mais, os trabalhadores são os principais alvos do “ajustamento”. A gravidade das medidas passa,

no caso dos trabalhadores das administrações públicas, em cortes brutais sobre os salários. Se em 2012, o corte (de caráter “excecional”, segundo o acórdão TC) passou por retirar os subsídios de férias e natal, em 2013, o TC não poderia reiterar constitucionalidade no caráter “excecional”. No OE 2014, o governo muda de estratégia e aposta na lógica dos cortes inventados pelo governo Sócrates em 2011. Ou seja, classifica-os como “transitórios” e agrava a fórmula que estava em vigor – aplicada até aqui a salários acima dos 1500 euros. Em bom português é uma “chica-espertice” a que o TC não pode dar aval.

Mas o afrontar da ordem constitucional do país não se fica pelos OE. Na última semana de Outubro, Portas, o ministro sem caráter e sem palavra, apresentou o tão propagado guião de “reforma do Estado”. Já se sabe o que implica na cartilha ideológica da direita: mais privatizações e destruição de serviços públicos, mais cortes sem critério e violação dos princípios básicos da CRP.

Entretanto importa ainda sublinhar algumas medidas avulsas deste governo de direita que visam os trabalhadores da administração pública, local e regional, e que representam, também elas, afrontas à CRP. Referimo-nos às 40 horas de trabalho, ao roubo de dias de férias e à chamada convergência com as leis de trabalho do sector privado. Em relação a este elenco de medidas, aguarda-se ainda a decisão do TC mas, queremos crer que, pelo carácter de violação de princípios básicos do ordenamento jurídico português, também elas serão consideradas inconstitucionais. À semelhança do que foi a chamada “lei da requalificação” dos trabalhadores da Função Pública.

Entretanto, a direita contamina o debate político em torno da CRP. Sucedem-se os ataques e PSD e CDS preparam já o alibi para o completo fracasso destas políticas com os entraves constitucionais. Para isso, pisca-se o olho ao PS para que acompanhe a direita no “pacto de regime” que conduza à governação segundo os princípios da “lei da selva” do capital. Para bem deste país e dos portugueses, é hoje mais importante do que nunca construir a alternativa governativa que inverta este rumo desastroso que nos querem impor. A demissão deste governo e a derrota desta política são dois passos incontornáveis nesse sentido. ■



# Demitir o governo, mudar de política. Já!

Ao contrário do discurso da inevitabilidade das medidas de austeridade que se vem instalando no país desde a governação de Sócrates (o autor dos PEC que começaram a arrastar-nos para o colapso), há soluções e futuro para Portugal e para o povo português. A política de direita, essa sim, é que não apresenta soluções para preconizar um futuro. Por isso, é um imperativo nacional a demissão do governo PSD/CDS e uma mudança de política no mais breve trecho.

Ao longo dos últimos anos – e é preciso recuar no tempo e apontar as responsabilidades devidas ao governo PS –, a direita instalou no dia-a-dia dos portugueses a desesperança e o desespero para levar a cabo a sua política “austericida” de empobrecimento do país. O dito “ajustamento”, ditado por forças estrangeiras (a troika FMI, BCE e Comissão Europeia), encontrou nos neoliberais do PSD e do CDS as marionetas ideais para destruir a capacidade de resposta de Portugal no futuro. Porque os objetivos do governo de direita contêm um caráter ideológico vincado, que passa por arrasar as conquistas de Abril, afrontando e atacando o ordenamento constitucional; e acentuar o poder económico e político do grande capital, reduzindo para isso o valor do preço do trabalho e privatizando todos os setores públicos potencialmente rentáveis.

A legitimação da austeridade que vai conduzindo Passos e Portas aos objetivos traçados pelos interesses do grande capital baseia-se num manipulatório discurso de chantagem sobre o povo e os trabalhadores. Ou o caminho do empobrecimento ou o caos – é este o tom usado para desmobilizar e desmoralizar, e assim, literalmente, roubar direitos e rendimentos do trabalho e prosseguir o caminho do desmantelamento e consequente destruição do Estado social.

Por tudo isso, o país que temos desde a assinatura do chamado “memorando de entendimento” é um país mais desigual e mais pobre, onde alastra o desemprego e cresce o sentimento da mais profunda incerteza no futuro. E é precisamente sobre o futuro, que a direita retirou aos portugueses, que importa lutar. Por isso, é urgente a queda do governo e uma mudança concreta de polí-



ticas. Até porque, o governo PSD/CDS cozinha em 2014 mais uma vaga de austeridade a somar à que vigora, abatendo de novo a fatura desta política sobre os trabalhadores das administrações públicas e os reformados.

Romper com este caminho e com a política de direita não é o caos. Antes pelo contrário, esse é o caminho para Portugal ter futuro. Há soluções e meios para dizer não de vez à política das inevitabilidades, à necessidade imposta e falaciosa de empobrecermos e de estarmos reféns da boa vontade de potências estrangeiras.

É possível renegociar a dívida, fazendo abater toda aquela que é ilegítima; é possível pôr termo a contratos de PPPs que se revelam absolutamente danosos para o interesse nacional; é possível denunciar os contratos *swap* contratualizados à margem da lei; é possível desenvolver e aumentar a produção nacional; é possível potenciar os recursos naturais do país e dar nova vida ao setor agrícola; etc.

Este governo está cada vez mais isolado e as mentiras da “retoma” de Passos, do “milagre económico” de Pires de Lima ou do “Orçamento que abre caminho à prosperidade” de Albuquerque, já não enganam ninguém. Por tudo isso, o futuro está nas nossas mãos. Mas, é preciso lutar por ele, empurrando de vez este governo criminoso para fora das nossas vidas. ■

## Novos Protocolos do STML

Continuamos a trabalhar na realização de protocolos de parceria com empresas, com o intuito de proporcionar melhores condições e descontos na aquisição de bens e serviços para os nossos associados.

Assim, realizámos um protocolo com a **BP-Portugal**, em que é proporcionado um desconto de 0,06€ em litro de produto adquirido, limitado a 5 transações diárias por cartão e a um volume máximo de 500€/dia.

Para que possa ter direito a este cartão, o sócio só se terá que dirigir à Sede do STML, onde poderá levantar o seu cartão pessoal. Sim já cá temos o seu cartão.

Informamos que estamos a encetar negociações com as operadoras de telecomunicações com vista à realização de protocolos vantajosos. Traremos novidades dentro em breve. ■